

Mensagem Aberta ao XXIV Simpósio da SBRH - Belo Horizonte, 21-26 novembro 2021

Autoria coordenada por Apolo Heringer Lisboa, Idealizador/ Fundador do Projeto Manuelzão apololisboa@gmail.com e site www.apoloheringerlisboa.com

HIDROCÍDIO COMETIDO PELOS HIDRONEGÓCIOS AGRÍCOLAS E MINERAIS

Preâmbulo

Explicitar as diferenças de forma respeitosa para construir as convergências essenciais, e dar tempo a outras, com paciência, pensamos assim o sistema democrático de construção do país. Assim foi concebida a proposta **META 2010** de renaturalização da bacia do rio das Velhas, ao final de 2003, interrompida contra a nossa vontade pelo governo estadual após 2010 inclusive não apoiando esticar a Meta até 2014 para completar os objetivos iniciais. Além de outras dificuldades operacionais no âmbito da própria administração da UFMG. Neste período um fato novo relevante foi o tamanho do impacto surgido com as exportações para a China e o surto monstruoso da mineradora VALE comprando tudo e mudando radicalmente a configuração da mineração na região, recolocando o debate da questão hídrica.

Simpósio da ABRH 2021

Abram o diálogo agora com quem questiona vocês de forma legítima. É nossa proposta! A região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que hospeda este simpósio, se entrelaça com o Quadrilátero Ferrífero-Aquífero. Virou rotina o governo estadual decretar estado de **emergência hídrica** aqui, mas a crítica situação antecede os dois rompimentos das barragens de rejeitos ocorridos em 2015 e 2019. Por aqui, pasmem, os rios estão “morrendo de sede”. A escolha de BH como capital de Minas na década de 1890 foi devido ao clima, posição geográfica no estado e à qualidade e abundância das águas. Mais recentemente a exportação de minério de ferro para a China atingiu os lençóis mais profundos desta região, desidratando os rios que nascem aí e abastecem a RMBH. A situação exige um **stop** imediato dessa atividade nas áreas com riscos imediatos de rompimentos de barragens e fim definitivo de sua expansão na região. Fim de ciclo mesmo. A situação já é de calamidade no alto rio das Velhas e no Paraopeba, vale do São Francisco; e em diversos afluentes do rio Doce, como o Piracicaba, Carmo, Gualaxo do Sul e do Norte. Têm razão quem classifica a situação aqui como **hidrocídio**.

INDENIZAÇÃO DE R\$37,6 BILHÕES

O principal **responsável** pelos eventos de 5 de novembro de 2015 em Bento Rodrigues (Mariana) e de 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho, foi o **Estado de Minas Gerais**. Pesam omissões dolosas e licenciamentos indevidos envolvendo autoridades, conselhos de estado e sistema de fiscalização. O rio Doce e o rio Paraopeba foram transformados em mar de lama e de sangue, atingindo respectivamente o Atlântico e a represa de Três Marias, com repercussão mundial. E supremo **paradoxo**: um Estado réu ser beneficiado com 37,6 bilhões de reais de indenização para usar como bem entende. E prossegue ainda hoje seguindo na mesmíssima política, indiferente aos riscos iminentes tanto de desabastecimento da RMBH quanto de outros rompimentos de barragens. Que mensagem estes atos passam à sociedade? Indenizar o responsável e deixar as vítimas - população e o meio ambiente - a ver navios?

COLAPSO MORAL DA POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL

Diante do colapso político, de conotação moral e técnica, da gestão ambiental envolvendo governantes e partidos políticos, a indignação tem ficado por conta de iniciativas da sociedade

civil e científica, nas ruas, nos rios, nas serras. Em geral, pessoas não remuneradas e anônimas, aos milhares, sem privilégios individuais instituídos. É de se esperar deste simpósio foco prioritário na proteção dos ecossistemas fluviais, serras e sinclinais ferríferos, com presença de pesquisadores com serviços pioneiros prestados à renaturalização dos rios, estudos de ecossistemas como o Cerrado e Mata Atlântica, que possuem perfil crítico das políticas governamentais e empresariais que descumprem as leis e o papel regulador que o Estado deveria assumir. Nesta semana um fato histórico aconteceu: importante documento preparado pelo Observatório da Mineração da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais foi publicado em defesa das serras da Gandarela e da Moeda, assinado pelo Grão-Mestre Sérgio Quirino Guimarães e pelo Secretário de Meio Ambiente, Sérgio Pontes Ribeiro da entidade, que fechou com a proclamação: **“Um ciclo precisa ser encerrado, para outro virtuoso iniciar”**. Conferir e contatar: site www.glmmg.org.br e e-mail macons@glmmg.org.br

A VISÃO ESTATAL EM MINAS GERAIS

Vejam as estratégias e metodologias aplicadas aqui no **gerenciamento** do meio ambiente, nem chega a ser gestão. Coitados dos técnicos competentes e **comprometidos!** O Instituto Estadual de Florestas (**IEF**-Agenda Verde) tem competência de gerenciamento sobre os **peixes vivos**, na fiscalização e autorizações de pesca, etc. Mas se forem **peixes mortos**, das mortandades nunca resolvidas e da poluição crônica, é atribuição legal da Fundação Estadual do Meio Ambiente (**FEAM** - Agenda Marrom, Poluição), o **IEF** não se mete. Já os rios em si (abstraídos de **peixes**), é coisa do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (**IGAM** - Agenda Azul), que mede vazões e decide outorgas, um setor muito pressionado politicamente. O peixe é um indicador biológico fundamental que necessita de água em qualidade e quantidade. Mas no trabalho de campo se descobre trechos das bacias com **outorgas** legais muito acima da disponibilidade hídrica. Como pode isto acontecer e continuar assim? Cadê o **IEF**? Mas o **IGAM**, que tem a chave da “caixa d’água” não se interessa pelos **peixes**, isso é de outra seção. O **IEF**, preocupado com os peixes sem poder respirar, com o rio poluído e secando, quer saber cadê a vazão ecológica e quem está poluindo, afetando a ictiofauna. E se forem os esgotos da Copasa abrangendo todo o estado? Enfim, tudo feito para não resolver nada, só se for com *power point*. O quadro acima descrito é diretriz anacrônica da gestão atual. Vai contra a inteligência, a ciência e a transdisciplinaridade. Essa forma disjuntiva de pensar não para aí. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), 49% privatizada, opera por **concessões municipais**, não assumindo assim a lógica de bacia hidrográfica como **unidade territorial de gestão**. Nem prioriza a lógica sanitária da saúde **pública** e da saúde **coletiva** (conceitos diferentes mesmo: uma é prestação de serviços técnicos e assistenciais, outra um qualificativo ecossistêmico de qualidade de vida). Esta **“estatal”** lança esgotos nos rios para depois tornar a tratar no outro ente federativo municipal logo abaixo, ignorando pessoas que moram no trajeto e os animais, disseminando doenças. Trabalhamos no conceito de **água única** e esse lançamento de esgotos nos rios promove doenças para outra estatal tratar, o **SUS**.

OUSANDO A REFORMA TERRITORIAL E CONSTRUINDO A REPÚBLICA HIDROGRÁFICA DO BRASIL

O Carnaval de 1955 imortalizou a marchinha “A água lava tudo”, canção interpretada por Emilinha Borba, composta por Jorge Gonçalves/Paquito/Romeu Gentil. Essa ideia é verdadeira, contribui com a ciência, pois o **espírito do vale** paira sobre as águas da bacia, são informações

do território hidrográfico fluindo. Mostra a cultura dos seus habitantes, com sua mentalidade, seu modo de cuidar da terra, da produção industrial, do descarte dos seus lixos, esgotos, efluentes. Por isso, demarcamos o território de bacia hidrográfica como **referência geográfica fundamental da gestão do país**, pelo papel metodológico e estratégico da água. Por isso é fundamental assumir os **estados naturais**, o território dos **vales**, e “distanciar” da lógica bairrista do município ou estado. Interessante tomar conhecimento da lei federal 8.171/91, da Política Agrícola do Brasil, em seu art. 20: **“As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais”**. Esta lei precedeu em alguns anos a lei federal 9433/97. Os indígenas já tinham esta noção de pertencimento. Imaginem o Brasil administrado assim? Esta é a lógica para romper com séculos de arbitrariedades geográficas, desde quando em 1532 recortaram nosso território em 15 Capitanias Hereditárias, entregues a investidores privados europeus, na fundação da **Empresa Escravocrata do Brasil** com base na monocultura do açúcar voltada à exportação de *commodities*. As fronteiras municipais têm essas heranças, passando pelas sesmarias e grandes fazendas. A **República Hidrográfica** visa dar concretude à proposta de gestão ecocêntrica do país abrangendo seu conjunto de atividades. É a reforma territorial base de um planejamento geral de todas as atividades no país, fazendo coincidir territórios de secretarias estaduais e ministérios. A gestão econômica, social e política com essa base territorial comum confere concretude espacial e conceitual à administração pública, em bases ecológicas. É a grande **reforma estrutural** por fazer.

A ECONOMIA NATURAL (ECOLÓGICA) E ECONOMIA CONSTRUÍDA

A **economia humana** precisa se reatar com os padrões ecossistêmicos de sustentabilidade originários, e aprender com a **economia natural ou ecológica**. Ecologizar a economia é hoje questão de sobrevivência da humanidade. O arquétipo bíblico registra nossa evasão da comunidade zooflorestal (**Jardim do Éden**) como rejeição cultural à natureza, na **lógica binária excludente** entre ser animal e ser cultural. Pela necessidade de afirmar sua **consciência de si e do redor**, o *Homo sapiens* teria saltado da árvore taxonômica para negar a origem comum de toda a fauna, em nome de uma relação privilegiada e autoproclamada com um **deus antropomórfico**. Esse foi o **pecado original da história**: a ruptura com a ecologia. Foi necessário? Provável que sim. Daí o escândalo que no século XIX Charles Darwin provocou na sociedade com sua teoria evolutiva **biocêntrica-ecocêntrica**. Interessante que tanto algumas linhas marxistas quanto de ideólogos liberais tratam a economia ignorando os princípios de sustentabilidade da economia natural, ou ecologia, que propiciou o nosso surgimento e desenvolvimento. **A visão antropocêntrica é um equívoco análogo ao geocentrismo.**

PATROCÍNIOS

Qual a prioridade desse simpósio? A resposta estaria demonstrada no perfil dos patrocínios? A água é um bem natural essencial à biodiversidade dos ecossistemas, e ela própria depende desses ecossistemas vivos. A questão ecossistêmica estando em baixa significa que a prioridade são os pacotes tecnológicos? Por exemplo, como tratar as questões atuais do rio São Francisco ou do rio Doce? Onde está a diferença entre **mecenato** e **mercenato**, no que se refere ao cuidado com as águas? Sugerimos vejam no Google o convite do Simpósio, com a lista dos **patrocinadores**. Há um ufanismo descabido anunciando Minas como o atual **“estado das águas”**. Confiram. (<https://eventos.abrh.org.br/xxivsbrrh/>).

Como classificar empresas e governos que se empenham na obra abaixo. Como se posicionar? A Quebec Engenharia comunicacao@quebecengenharia.com.br está se instalando para erguer barragem de uma UHE na barra do Formoso, em pleno leito de “domínio federal” do rio São Francisco a 12 km a montante de Pirapora (que tal uma moção aí hem gente!). Tal barragem transformará o leito do rio São Francisco em um grande lago de 312 km² chegando a Três Marias, num trecho declarado de preservação ambiental pela lei estadual nº 10.629 de 16 de janeiro de 1992. O impacto negativo sobre toda a ictiofauna regional será enorme e irreversível, ela cortará a piracema, num retrocesso sem nenhum sentido em região que já está muito avançada na instalação de painéis solares fotovoltaicos, uma opção mais sustentável. Será que teremos a triste sina de dizer *adeus às lagoas marginais* do rio São Francisco no norte de Minas, berçários dos peixes, e adeus ao rio Abaeté, adeus ao rio das Velhas, adeus à volta do surubim e dourado aqui no coração da RMBH entre Santa Luzia, Sabará e Belo Horizonte? Como reage a SBRH? Há expectativa de um posicionamento.

DA NATUREZA DAS SECAS E O VALOR DE MERCADO DA ÁGUA BRUTA

A **escassez** foi ficando **crônica** e agora estamos “acostumando” com a **emergência hídrica** aqui no Quadrilátero Aquífero. Esta é a cara desse progresso. Maior o PIB, menos água. A **seca subterrânea, da opção econômica**, vai transformando rios perenes em rios temporários. Desconsidera-se os múltiplos usos da água previstos em lei. O consumo abusivo da **água-insumo de produção, sem pagamento do preço de mercado da água bruta**, deixa sua marca. Esta foi a política não só do Ricardo Salles. Aliás, a justa **demonização** política dele tem um viés: **absolver** outros que fazem a mesma coisa com mais habilidade. Não se trata ser contra governos e empresários que defendam os ecossistemas, os rios e uma produção sustentável e **regenerativa**. Estamos à procura deles para nossa lista de amigos. Mas a **escassez** e as **emergências** estão puxando para riba as **tarifas de água e de energia**, com a população pagando mais. É a lei da **oferta e da procura**. Aí que pega! São tarifas crescentes para subsidiar os setores exportadores de *commodities* e outros grandes empresários produtores desta **nova seca**. Isto não é justo. Esse controle foi costurado com a criação das **agências dos comitês de bacias hidrográficas** (associações empresariais equiparadas), que assumiram o controle dos comitês de bacia. Conseguiram com o poder financeiro do mercado do minério de **ferro** e com cooptações políticas, armas desproporcionais. Os plenários dos comitês de bacia cumprem hoje apenas a função de legitimar essa política. As entidades empresariais entram no segmento **sociedade civil** com direito a voto, e articuladas os segmentos governamentais. E caso alguma decisão dos comitês de bacia contrariem esses interesses será derrubada na instância superior, seja COPAM seja por quem está na titularidade do Meio Ambiente. Isto não é gestão democrática prevista como compartilhada, descentralizada e participativa. Este ciclo está desmascarado.

ANALOGIA ENTRE HIDRONEGÓCIO E A MAIS-VALIA

Por que as empresas mais ricas do Brasil se recusam a pagar o **valor de mercado** da água bruta consumida em seus negócios, se este valor existe? E sabendo que estão transferindo a conta para os mais pobres? Basta ver no balanço contábil o valor apurado com o retorno financeiro das *commodities* exportadas. Tentam iludir a população e até as mídias sem tempo para estudar os temas, dizendo que é escassez de chuvas, fazendo crer que se trata daquelas secas

do passado, dos quadros de **Portinari** sobre os retirantes nordestinos. Estão escondendo o pulo do gato: a origem da alta lucratividade do setor agro silvo pastoril e minerário, além de tudo financiado por bancos oficiais e Ministérios.

Cabe aqui lembrar uma curiosa **analogia histórica** com a descoberta da **mais-valia** no século XIX, que ficava bem escondidinha no valor do contrato salarial. Ninguém entendia bem a origem do lucro, pensava-se que adviria da diferença entre o preço de venda e o custo de produção, ou até de bênçãos divinas. Lembrando aqui: quando o empresário contrata a hora de trabalho de um operário vem embutido um **plus** no valor pago pela hora, algo além do custo dela em termos de mercado, para custeio da reprodução diária da vida do operário e sua família. Era algo *elástico*, a força de trabalho humana ia além do tempo socialmente necessário para se pagar, sobrando horas de trabalho gratuito por dia. O lucro viria certo ainda que a mercadoria fosse vendida pelo preço de custo! Ou seja, matematicamente o lucro é produto de **trabalho não pago**. Conclusão: a força de trabalho operária contratada era a **reencarnação metamórfica** de antigos privilégios das sociedades escravocratas e das fundadas na servidão. A mais-valia não teria sido descoberta no século XIX não fosse aquele perspicaz e estudioso hebreu amorenado nascido na Alemanha, que dissecou o valor da mercadoria.

Poucos estão se dando conta do truque **hidro lógico** que está ocorrendo aqui. Não estão associando parte importante dos lucros com o não pagamento do valor de mercado da água bruta consumida na produção, com esse hidronegócio paralelo, que a **nova seca** veio **revelar**. Além de concorrer para a **morte** dos rios e dos peixes, esvaziamento dos reservatórios hidrelétricos, aumento do valor das tarifas de água e energia. Com o povo subsidiando esse lucro. Esta seca ou desdita não pode, **neste momento**, ser computada a São Pedro, não é escassez de chuvas, nem é ainda o desmatamento da Amazônia e nem as mudanças climáticas. Já são 60 anos da nova fase do agronegócio brasileiro que teve início no governo Geisel com o projeto **JICA**, quem se lembra do protagonismo do Japão no Cerrado? É a seca do modelo econômico exportador de água que atinge o pequeno agricultor. Não dá para engolir este engodo, vai contra a Constituição Federal de 1988 que garante os múltiplos usos das águas e a prioridade ao abastecimento humano domiciliar e produtivo assim como à dessedentação animal. Cabe uma CPI nos estados e no Congresso Nacional. São retiradas abusivas e diárias dos rios e lençóis profundos, com outorgas oficiais sem condições técnicas e a tolerância política com as **autorgas** (as captações feitas na marra). É a seca sistêmica instalada, uma **seca com chuvas!** Se o **ato legal** está tendo a mesma lógica e força do **ilegal** que diferença faz para natureza se o que acontece é **legal ou ilegal? Estamos sendo um país marginal**. Zero de respeito à conservação e preservação dos ecossistemas. A água é um bem natural, público e essencial à vida, de uso comum a todos os seres vivos por herança da história natural. Assim como o ar que nos foi insuflado e a terra que sempre nos forneceu os alimentos em parceria solar, a nós e aos outros bichos. Será que querem nos cobrar **pedágio para viver na Terra?**

O MODELO AGÊNCIA PEIXE VIVO (AGP) , IBIO, E OUTRAS

Associações de empresários do agronegócio, mineração e indústrias estão sendo contratadas pelos governos como agências de bacias hidrográficas Brasil afora. Essas equiparações não são por acaso. É uma política deliberada, longamente perseguida pela CNI e a CNA. Por que se interessam tanto em **cuidar dos comitês** de bacia? Cuidar do meio ambiente nunca foi o forte

dos empresários nem dos governos. Por que **optaram** por “pagar”? Por que se julgam no direito de não pagar o valor de mercado da água bruta e sim, voluntariamente, um valor simbólico? Por que negar a relação direta da elevação das tarifas de água e energia de uso doméstico com esse não pagamento deles? Por que se julgar no **direito** de ter o controle político-administrativo das agências, previsto em contrato? Para ter o poder de “precificar” essa água? Qual foi o interesse do estado nesse contrato? Entregar a água? Diminuir investimentos e custos? Largar pra lá o “abacaxi”? Parece que foi um casamento com dote. Benefícios mútuos na “**cobrança**”, privatização da gestão dos rios e das águas subterrâneas? Por que as agências e os **plenários** dos comitês não assumem com força a visão ecossistêmica da água, e priorizam tanto a visão de **insumo**? O que a gente vê é despreocupação completa com a defesa dos ecossistemas aquáticos e da bacia, com foco na conservação dos rios e dos peixes. A Carta de Princípios da gestão ecológica dos rios precisa ser assumida, tanto no CBH SF quanto no CBH Velhas. E foi aprovado, é documento oficial.

A versão de início era que a agência seria um braço executivo do comitê, com mero papel administrativo, mas não é bem assim, ficou muito poderosa, encorpada profissionalmente e remunerada ao contrário da diretoria dos comitês. É mais que um apêndice, é um **rabo** capaz de balançar um cão. Elas são poder. Algumas picuinhas administrativas e formalidades administrativas ficam mais importantes que cumprir os conteúdos acima referidos e a mobilização social, puxando muito pelo lado burocrático com se fosse predomínio do aspecto técnico, mas na visão empresarial da Associação que a dirige. E para garantir esse poder a tendência é reforçar nos comitês e outros conselhos de estado um sistema que garante maioria aos segmentos **governamental e o empresarial**. Imagine a situação agora: a água dos grandes rios brasileiros controlada por essas agências! Sem compromisso com a ecologia dos rios. A Agência Peixe Vivo (APV), no âmbito da bacia do rio São Francisco, funciona como exemplo da gestão das águas no Brasil. Por cima delas, como ferrolho, vem a ANA, a ANNEL, a ONS e outras agências federais de água e energia de matriz hidrelétrica. A ANA transferiu para o orçamento da **Agência Peixe (“Vivo ou Morto”)/SF**, pelo menos o fez até 2017, recursos advindos da transposição do São Francisco, no valor superior a 50% do que a APV recebe da “cobrança” na própria bacia. Confira na revista UFMG /2017, n° 24, p. 205/237 (<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/12609/9977>)

O TRUQUE DO NÃO PAGAMENTO

O setores dos agronegócios e mineração consomem juntos mais de 70% do volume total dos usos **consumptíveis**. O consumo humano estritamente doméstico está por volta de 10%. No uso hidrelétrico não há consumo, a água apenas move turbinas, os grandes impactos negativos são ambientais. No início foi estipulado nos comitês de bacia preços básicos gerais iniciais de R\$0,01 (um centavo) e agora, com 100% de aumento, R\$0,02 (dois centavos) por mil litros de água (equivalente a 1m³). Criaram planilhas e cálculos propositalmente difíceis até para matemáticos e estatísticos para levar aos plenários de comitês embutindo redutores de até 1/40 para o agronegócio, e gratuidades setoriais. Por exemplo, o uso da água nos minerodutos não paga nem este valor pela água, pois seriam **rios indo do interior ao mar**, só que em tubos (artigo na revista Ecológico de importante consultora empresarial). Visto não ter almoço de graça, o custo da água tornada escassa está sendo transferido aos consumidores domésticos. O mesmo acontece com a Transposição no Nordeste Setentrional.